



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

Registro: 2018.0000177221

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos estes autos de Apelação nº 0010098-92.2010.8.26.0196, da Comarca de Franca, em que é apelante JOANA D ARC DE PAULA QUIRINO (ASSISTÊNCIA JUDICIÁRIA), é apelado IVAN MACHADO DE SOUZA (ASSISTÊNCIA JUDICIÁRIA).

ACORDAM, em 30ª Câmara de Direito Privado do Tribunal de Justiça de São Paulo, proferir a seguinte decisão: "Colhidos os votos do Relator sorteado e do 3º Juiz, que davam provimento em parte ao recurso, e da 2ª Juíza, que dava provimento em maior extensão, foi estabelecida a divergência. Houve, nos termos do art. 942 do NCPC, a convocação de dois outros componentes da Câmara, Des. Carlos Russo e Des. Marcos Ramos, tendo o julgamento prosseguido, nos termos do § 1º do referido dispositivo legal, com o seguinte resultado final: por maioria de votos, deram provimento parcial ao recurso, vencida a 2ª Juíza, que declarará voto.", de conformidade com o voto do Relator, que integra este acórdão.

O julgamento teve a participação dos Exmos. Desembargadores ANDRADE NETO (Presidente), MARIA LÚCIA PIZZOTTI, LINO MACHADO, CARLOS RUSSO E MARCOS RAMOS.

São Paulo, 14 de março de 2018.

Andrade Neto
RELATOR
Assinatura Eletrônica



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

Apelante: Joana D'Arc de Paula Quirino

Apelado: Ivan Machado de Souza

Comarca: Franca - 3ª Vara Cível

Juiz prolator: Humberto Rocha

*ACIDENTE DE TRÂNSITO – INTERCEPTAÇÃO DA
TRAJETÓRIA DE MOTOCICLETA EM CRUZAMENTO DE
VIAS – INCONTROVERSA CULPA DO RÉU– IMPOSIÇÃO
DO DEVER DE INDENIZAR – LUCROS CESSANTES NÃO
COMPROVADOS - DANOS MORAIS – OCORRÊNCIA –
INDENIZAÇÃO DEVIDA*

RECURSO PROVIDO EM PARTE

VOTO Nº 29003

Cuida-se de recurso de apelação interposto pela autora de ação de reparação de danos (danos materiais, morais e estético) fundada em acidente de trânsito, julgada parcialmente procedente para condenar o réu ao pagamento de R\$ 744,00 a título de danos materiais, mais R\$ 1.000,00 de honorários advocatícios.

Pretende a apelante ser também indenizada por lucros cessantes, dizendo ter permanecido incapacidade para o trabalho por cerca de um ano, além de danos morais, em razão das lesões sofridas.

O recurso foi processado sem as contrarrazões.

É o relatório.

A dinâmica do acidente, bem como a culpa do réu na

sua causação restaram incontroversas. A autora era conduzida na garoupa da motocicleta pilotada por seu namorado, quando foi atingida pelo veículo do réu, quem cruzou a via sem respeitar a sinalização de parada obrigatória.

Não se há falar em condenação por lucros cessantes na hipótese, uma vez que, como bem observou o magistrado, não demonstrou a autora o exercício de qualquer espécie de apesar atividade laborativa que tivesse sido obrigada a interromper em razão das lesões sofridas. Ora, se nada prova a autora quanto á perda de rendimentos em razão de provisória incapacitação física, nada há a ser pago a título de indenização por lucros cessantes.

Contudo, quanto ao dano moral, indisputável sua caracterização.

A autora sofreu lesões corporais (fratura da perna direito e leve traumatismo craniano), as quais, embora não tenham resultado em incapacitação física, importaram em violação à integridade corpórea da vítima, bem personalíssimo, cuja ofensa qualifica e caracteriza um dano moral indenizável, cujo valor estabeleço em R\$ 10.000,00, o qual, sopesadas as circunstâncias e suas consequências não definitivas, atende aos princípios da moderação e da razoabilidade, de sorte a assegurar a lesada e justa reparação, sem importar em enriquecimento sem causa.

Isto posto, pelo meu voto, **dou parcial provimento ao recurso para incluir na condenação do réu a indenização pelo dano**



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

moral no valor de R\$ 10.000,00 corrigido monetariamente a partir da publicação deste acórdão e incluídos juros moratórios de 1% ao mês a contar da citação. Sucumbente o réu em proporção maior e bem mais significativa, cumprir-lhe-á o pagamento integral das verbas de sucumbência e honorários advocatícios à autora no equivalente a 10% do valor da condenação.

ANDRADE NETO
Relator



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

Voto nº 22059
Apelação nº 0010098-92.2010.8.26.0196
Comarca: Franca
Apelante: Joana D Arc de Paula Quirino
Apelado: Ivan Machado de Souza

DECLARAÇÃO DE VOTO VENCIDO

EMENTA

APELAÇÃO – ACIDENTE DE TRÂNSITO – LUCROS CESSANTES – AUSÊNCIA DE COMPROVAÇÃO – DANO MORAL – CICATRIZ – *QUANTUM* INDENIZATÓRIO

- Ausente prova de que a apelante exercia atividade remunerada, acompanha-se o voto do Relator que nega provimento ao recurso em relação aos lucros cessantes.

- Dano moral caracterizado pelo fato da recorrente ter sido vítima de acidente automobilístico, situação essa que além de tê-la afastado por um ano de suas ocupações habituais, lhe propiciou dano estético, consistente em cicatriz no joelho e na perna direita, situação essa que maculou a sua integridade física, sendo que tal dano poderá ser visualizado, por exemplo, nos dias de verão em que pretenda utilizar shorts, vestidos e saias.

RECURSO PROVIDO EM PARTE.

Vistos.

Cuida-se de recurso de apelação interposto pela autora de ação de reparação de danos (danos materiais, morais e estético) fundada em acidente de trânsito, julgada parcialmente procedente para condenar o réu ao pagamento de R\$ 744,00 a título de danos materiais, mais R\$ 1.000,00 de honorários advocatícios.

Pretende a apelante ser também indenizada por lucros cessantes, dizendo ter permanecido incapacidade para o trabalho por cerca de um ano, além de danos morais, em razão das lesões sofridas.

O recurso foi processado sem as contrarrazões.

É a síntese do necessário.

Entendi que deveria ser dado provimento em parte ao recurso, para acolher o pleito indenizatório na seara moral, mas em valor diverso.

Isto porque, deve ser destacado que foi ultrapassado o tempo em que dano moral equivalia à dor, sofrimento e angústia da vítima em razão da ofensa. Os mais renomados estudiosos da responsabilidade civil modernamente conceituam o dano moral de maneira bastante clara e objetiva: trata-se de ofensa aos direitos da personalidade e, em sentido mais amplo, à própria dignidade da pessoa humana. A consequência, os efeitos de mencionada ofensa podem, estes sim, ser constituídos pela dor, sofrimento ou vexame causado.

Fenômeno interno, portanto, o dano moral, em si mesmo, não se pode exigir que seja provado. O que deve ser provado são fatos, condutas ou omissões que ocasionem a mencionada ofensa aos direitos da personalidade e, por consequência, sofrimento e dor ao prejudicado. A avaliação sobre quais fatos que causam dano moral deve ser feita pelo juiz, segundo a jurisprudência e as regras da experiência.

Extraí-se, desde já, o conceito de dano moral e a desnecessidade de sua comprovação, via de regra. Por questões de ordem lógica, portanto, deve ser analisada a possibilidade de reparação dos danos extrapatrimoniais.

Muito se questionou sobre a reparabilidade dos danos morais. Não se ignora que, inicialmente, havia certa resistência quanto à possibilidade de reparação, mas a discussão restou superada em face da Constituição Federal de 1.988, que em seu artigo 5º, incisos V e X, deixou evidente a possibilidade de reparação do dano moral, bem como a sua cumulatividade com o dano material. Neste sentido inclusive foi editada a Súmula nº 37 do STJ, cujo enunciado destaco: "*São cumuláveis as indenizações por dano material e dano moral oriundos do mesmo fato.*" Prevaleceu, portanto, a correta orientação de que os danos morais devem ser reparados.

Fixados, assim, o conceito do dano moral, a desnecessidade de comprovação de sua ocorrência e a possibilidade de sua reparação, pertinente se mostra a análise dos critérios de fixação do valor da indenização correspondente, sendo tal

matéria uma das mais tormentosas na doutrina e jurisprudência.

O dano moral não precisa representar a medida nem o preço da dor, mas uma compensação pela ofensa injustamente causada a outrem.

A indenização econômica, assim, tornou-se o único meio para a reparação do dano moral. Ocorre por mera compensação ou neutralização e não exatamente por restauração dos bens lesados, o que, à evidência, seria impossível. Diante de tais situações, a única via pela qual se pode ao menos minorar os efeitos do dano é por meio da reparação pecuniária.

Assim, para a fixação dos danos morais, além do dano, também se deve levar em conta a situação econômica do causador deste, não se podendo fixar o valor de indenização em quantia irrisória, sob pena de não vir a surtir o efeito repressivo que se pretende, qual seja, fazer com que o agente perceba, eficazmente, as consequências de seu ato ilícito, gerando, ainda, efeito preventivo, de modo a evitar que novas situações desse tipo ocorram.

Nesse aspecto, devem ser levadas em consideração as peculiaridades do caso, as regras de experiência do julgador e os balizamentos doutrinários. E a fim de se buscar parâmetros para a fixação, é de grande relevância a análise da atual jurisprudência sobre o tema, mormente do Superior Tribunal de Justiça. Destaco, dentre os diversos julgados daquele Tribunal alguns de seus arestos, por meio dos quais é possível verificar que a indenização não deve ser fixada nem em quantia absurda, tampouco em quantia irrisória. Veja-se:

AgRg no Ag 1145425 / SP - AGRADO REGIMENTAL NO AGRADO DE INSTRUMENTO

2009/0006470-8

Ministro RAUL ARAÚJO (1143)

T4 - QUARTA TURMA

DJe 24/02/2011

AGRADO REGIMENTAL EM AGRADO DE INSTRUMENTO CONTRA A INADMISSÃO DE RECURSO ESPECIAL. INDENIZAÇÃO POR DANOS MORAIS. INSCRIÇÃO INDEVIDA. QUANTUM INDENIZATÓRIO REDUZIDO DE R\$ 73.272,00 (SETENTA E TRÊS MIL, DUZENTOS E SETENTA E DOIS REAIS) PARA R\$ 25.000,00 (VINTE E CINCO MIL REAIS). SÚMULA 7/STJ. INCIDÊNCIA AFASTADA. AGRADO

REGIMENTAL DESPROVIDO.

1. Esta Corte admite a revisão do quantum arbitrado a título de indenização por danos morais, quando o valor fixado nas instâncias ordinárias se revelar ínfimo ou exorbitante, caso em que, afastada a incidência da Súmula 7/STJ, o Superior Tribunal de Justiça intervém para estabelecer o montante condizente com os parâmetros adotados pela respectiva jurisprudência e com as peculiaridades delineadas no acórdão recorrido, como ocorreu na hipótese vertente.

2. A decisão agravada, ao reduzir a verba indenizatória de R\$ 73.272,00 para R\$ 25.000,00 pela reparação moral decorrente da inscrição indevida do nome da autora/agravante em cadastros de restrição ao crédito, adequou a quantia fixada nos juízos ordinários aos patamares estabelecidos por este Pretório em casos assemelhados e às peculiaridades da espécie, motivo pelo qual deve ser mantida pelos próprios fundamentos.

3. Agravo regimental a que se nega provimento.

Diante de toda a exposição sobre o tema, entendo ter se configurado ofensa aos direitos da personalidade apta a autorizar a condenação do ofensor ao pagamento de indenização pelos danos morais sofridos.

No caso destes autos, evidente o dano suportado pela autora que foi vítima de acidente automobilístico, situação essa que além de tê-la afastado por um ano de suas ocupações habituais, lhe propiciou dano estético, consistente em cicatriz no joelho e na perna direita, situação essa que maculou a sua integridade física, sendo que tal dano poderá ser visualizado, por exemplo, nos dias de verão em que pretenda utilizar shorts, vestidos e saias.

Assim, entendo que a indenização por dano moral deverá ser arbitrada em R\$ 40.000,00 (quarenta mil reais), por ser mostrar mais condizente com as peculiaridades do presente.

No mais, acompanhava o voto do Relator em relação ao improvimento do recurso, pleito formulado a título de lucros cessantes, vez que ausente prova de que a recorrente realizava atividade remunerada.

Contudo, referido posicionamento não teve amparo pelo demais julgadores, restando acolhido o entendimento no sentido de que deveria ser dado provimento em parte ao recurso, nos termos do acórdão.



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

Destarte, pelo meu voto, DAVA PROVIMENTO EM PARTE ao recurso, para o fim de condenar o apelado ao pagamento da quantia de R\$ 40.000,00 (quarenta mil reais), a título de indenização por danos morais. No mais, acompanhava o voto do Ilustre Relator no que toca ao improvimento do recurso em relação ao pleito de lucros cessantes.

Maria Lúcia Pizzotti
Desembargadora



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

Este documento é cópia do original que recebeu as seguintes assinaturas digitais:

Pg. inicial	Pg. final	Categoria	Nome do assinante	Confirmação
1	4	Acórdãos Eletrônicos	ALBERTO DE OLIVEIRA ANDRADE NETO	7F5DAA5
5	9	Declarações de Votos	MARIA LUCIA RIBEIRO DE CASTRO PIZZOTTI MENDES	7DFADE6

Para conferir o original acesse o site:

<https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/sg/abrirConferenciaDocumento.do>, informando o processo 0010098-92.2010.8.26.0196 e o código de confirmação da tabela acima.